

MULHERES E MÍDIA: o antifeminismo na internet¹

WOMEN AND MEDIA: antifeminism on the internet

Eula Dantas Taveira Cabral²
Danielle Fernandes Rodrigues Furlani³

Resumo: O trabalho analisa o cenário midiático brasileiro, a Internet e as redes sociais, verificando as configurações da articulação antifeminista nas redes sociais e no cotidiano da sociedade. A partir de pesquisas bibliográfica e documental, chegou-se às seguintes conclusões: as redes sociais se tornam cada vez mais campo de disputa de discursos e os grupos antifeministas nas redes unem o virtual e o real para impor suas ideias, reunindo em seus eventos presenciais figuras-chaves extremamente midiáticas, como ocorrido no 1º Congresso Antifeminista do Brasil; aumentou o número de figuras vocais do antifeminismo no cenário atual brasileiro e o grande envolvimento destas com produção de conteúdo tanto para sites e redes sociais, quanto para livros e palestras.

Palavras-Chave: Mídia. Antifeminismo. Redes sociais.

Abstract: The work analyzes the Brazilian media scene, the Internet and social networks, verifying the configurations of the anti-feminist articulation in social networks and the daily life of the society. Based on bibliographic and documental research, the following conclusions were reached: social networks increasingly become a field of discourse dispute and anti-feminist groups in networks unite the virtual and the real to impose their ideas, gathering in their face-to-face events key figures extremely known in the media, as occurred at the 1st Anti-Feminist Congress in Brazil; the number of vocal figures of anti-feminism in the current Brazilian scenario increased and their great involvement in the production of content both for websites and social networks, as well as for books and lectures.

Keywords: Media. Antifeminism. Social networks.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Mídia, Gênero e Raça da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² **Eula Dantas Taveira Cabral** é professora do Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos e coordenadora do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa. Doutora e Mestre em Comunicação Social pela UESP, com pós-doutorado em Comunicação pela UERJ. Email: euladtcpesquisa@gmail.com.

³ **Danielle Fernandes Rodrigues Furlani** é bolsista de Iniciação Científica e membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa. Graduada em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Email: daniellesrodrigues@id.uff.br.

1. Cenário midiático: entre a tecnologia e a luta pelos direitos

O século XXI trouxe muitos desafios para a sociedade. A busca pela defesa dos direitos humanos sempre foi motivo para que muitos grupos se formassem e defendessem suas posições. Ao mesmo tempo em que as tecnologias evoluíram, percebeu-se uma população desacreditada em um futuro melhor para todo(a)s. As desigualdades aumentaram e a luta entre fortes e fracos ganhou evidência. Seja presencialmente ou remotamente. As barreiras das redes sociais e digitais foram quebradas, junto com os limites e até mesmo o respeito pelo próximo.

No mês de abril de 2021 foram registrados no Brasil mais de 400 mil brasileiros mortos pelo coronavírus. Números que não impactam uma parcela da sociedade, mesmo vivendo sob o caos político, econômico e social, que nega e distorce a realidade que ocorre no país e divulga nas redes digitais posicionamentos radicais sem medir as consequências. Como lidar com esse cenário onde as pessoas utilizam as tecnologias para impor ideias distorcidas e ferirem o direito do outro?

É importante ressaltar que as tecnologias não podem ser encaradas como vilãs. Elas acompanham a evolução da sociedade. Porém, como exigem acesso e uso, não chegam gratuitamente. É preciso pagar para ter um dispositivo conectado à internet e, assim, chegar em vários lugares e pessoas difundindo ideias. Mas, e quando isso atinge a todo(a)s e pode prejudicar o outro?

A atual pesquisa do IBGE (2021) registra um aumento de pessoas acessando dispositivos móveis e a internet, porém não se pode ignorar que os dados se referem ao ano de 2019. De acordo com a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua*, que analisou o tema Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC em 2019, os brasileiros são consumidores midiáticos. O veículo mais consumido pela população é a televisão aberta que chega a 96,3% dos domicílios, que é dominada por cinco grupos privados (Rede Globo, Rede TV, SBT, Record e Bandeirantes). Em relação à TV por assinatura (que, junto com a telefonia, banda larga e internet são dominados por cinco grupos estrangeiros: Vivo, Oi, Claro, Tim e Sky),

de acordo com os dados apresentados no site Teleco⁴, atinge 14,9 milhões de assinantes.

Os registros da *PNAD Contínua* (IBGE, 2021) detectaram que no Brasil 30,4% domicílios têm TV por assinatura. Em relação à telefonia, identificou que o móvel celular estava em 94% dos domicílios e o fixo convencional, em 24,4% dos lares. No que tange à internet, verificou-se que era utilizada em 82,7% dos domicílios permanentes, sendo o celular o equipamento mais usado para navegar na rede (98,6%). O grupo que mais acessava a internet era formado por jovens de 20 a 24 anos (92,7%). Em relação ao gênero, o feminino superou o masculino com 79,3%, acessando a internet em qualquer local. Quanto à finalidade de uso, 95,7% utilizam para enviar ou receber mensagens.

A PNAD Contínua sobre TIC do IBGE (2021) detectou um grande número de mulheres acessando a internet. Já o Mídia Dados 2020, registrou mais homens que mulheres, sendo que a atividade que mais ganhou destaque dos internautas em sites de redes sociais é postar (53,6%). Em relação à navegação, a partir do desktop e dos dispositivos móveis, o Facebook só perdeu para o Google Sites. No que tange às redes sociais, 94,5% preferiram o Facebook.

Mas, o que representam estes dados diante da realidade brasileira? Em primeiro lugar, é importante destacar que até 2019 muitas pessoas estavam conectadas à internet, sendo que o acesso era possível porque muitos poderiam acessar gratuitamente em escolas, trabalho, praças e shoppings. Com a pandemia do coronavírus e o grande número de mortes com a alta contaminação, a realidade mudou. A desigualdade econômica foi escancarada e milhares de alunos de escolas públicas ficaram fora da escola, uma grande parcela trabalhadora do setor privado perdeu o emprego e a miséria aumentou no país.

O número de brasileiros ligados à internet nos anos de 2020 e 2021, mesmo ainda não sendo medido por empresas de pesquisa de mercado, ficou limitado aos que poderiam pagar pela conexão para estudar e trabalhar. É fato que, mesmo entrando no segundo ano de pandemia, nem governo federal nem estadual nem muni-

⁴ TELECO. Estatísticas do Brasil - Geral. Assinantes/conexões - TV por assinatura. 2020. **Teleco**. Disponível em <<https://www.teleco.com.br/estatis.asp>>. Acesso em 25 abr.2021.

cipal investiu nos milhares de brasileiros que precisam da internet para continuar trabalhando e estudando. E os que puderam se conectar ficaram à mercê de cinco conglomerados estrangeiros controlando as telecomunicações no Brasil.

Como ignorar o poderio da Oi (formada pela antiga Telebrás e parceiros internacionais e vendida em dezembro de 2020 para o consórcio formado por Vivo, Tim e Claro), a Vivo (formada pela antiga Telesp, a Portugal Telecom e a espanhola Telefónica), a Claro (do grupo mexicano América Móvil), a Tim (da Telecom Italia) e a Sky (da norte-americana AT&T) controlando as telecomunicações no país? Além do Facebook, uma rede social norte-americana que tem como adeptos a maioria dos brasileiros? A concentração dos meios de comunicação e de telecomunicações interferem na diversidade cultural e de conteúdo e evitam a democratização da mídia (CABRAL, 2020).

Graças à concentração da mídia, as pessoas ainda não conseguem perceber que a comunicação, a cultura e a informação são direitos humanos. Empresas midiáticas impõem conteúdos e regras do que deve ser defendido no material midiático que será levado à população. Grupos se formam e defendem suas ideologias em veículos midiáticos que atingem milhares de pessoas, como o Facebook.

De acordo com Raquel Recuero (2017), o modo de apropriação que as pessoas fazem do Facebook “é capaz de desvelar redes que existem ou que estão baseadas em estruturas sociais construídas por essas pessoas (muitas vezes, de modo diferente daquele previsto pela própria ferramenta)”. Como as mulheres se posicionam no Facebook e no seu cotidiano defendendo aquilo que acreditam? Que grupos se formaram nos últimos anos e o que defendem?

2. Em nome dos direitos femininos: o que defender?

As mulheres sempre foram vítimas do que acontece com a sociedade sob todos os aspectos. A sociedade exige responsabilidades em relação à criação e à formação da nação, a partir de filhos, mas não permite que as mulheres estudem, busquem conhecimento e continuem somando em todas as etapas da história da população. Vêem como mãe, mas não como a que sustenta e mantém os filhos e a nação de pé, a que trabalha e garante economicamente sua família e a educa para que

haja continuação e preservação da espécie humana.

Há muito se falou sobre o feminismo, em prol da defesa dos direitos das mulheres. Porém, nos últimos anos, apareceram distorções sobre o que significaria ser ou não feminista e feminino. E em meio à falta de se entender o que se é (identidade) e o que se quer, muitas mulheres, tendo apoio de homens, começaram a criar atritos com outras mulheres e movimentos antifeministas se fortaleceram em muitos lugares, como o Brasil.

Mas, o feminismo não chegou à toa no debate público. A busca por um novo olhar sobre os direitos femininos entrou nas pautas dos programas nobres da televisão, em páginas feministas nas redes sociais, em rodas de conversa e em jornais do cotidiano. Manifestações como as campanhas pela legalização do aborto no Chile e na Argentina, a *Women March* nos Estados Unidos, e o 8 de março no Brasil, mostram o caráter transnacional do movimento.

Na esfera política nacional, o pleito eleitoral de 2018 garantiu a eleição de um número significativo de mulheres feministas no Congresso brasileiro. Ao menos 36 candidatas feministas foram eleitas, nove a mais que no pleito de 2014 (ALBUQUERQUE, BARBON & LINHARES, 2018). Com essa ascensão do feminismo nos mais diversos âmbitos, também ascenderam os discursos que lhe fazem oposição, proliferando-se em novos espaços, com os grupos e páginas antifeministas em redes sociais.

O declínio dos governos progressistas na América Latina, mais especificamente no Brasil, trouxe a ascensão de setores conservadores da sociedade e o surgimento de grupos que se denominavam uma “nova direita”, supostamente desligada dos partidos políticos tradicionais (AGUIAR & PEREIRA, 2019). Dessa forma, o feminismo passou a ser atacado em distintos âmbitos, mais enfaticamente na política e nos sites de redes sociais. Culminando, em 2018, na eleição de candidatos publicamente contrários aos ideais feministas e na realização do 1º Congresso Antifeminista do Brasil, com a participação de figuras tal como a atual deputada estadual de Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo (CALGANO, 2018).

O antifeminismo, como contra-movimento, à medida que sua existência está atrelada aos avanços feministas, é uma constante, aparecendo nos mais diversos

âmbitos e instituições da sociedade, presente entre homens e mulheres, em países capitalistas desenvolvidos e em países periféricos, e também entre os mais diversos segmentos sociais (BONET-MARTÍ, 2021).

A reação antifeminista pode ser percebida em distintas localidades e contextos históricos ao longo dos séculos, como resposta aos movimentos a favor do direito das mulheres votarem, conhecido como sufrágio, como retaliação à ascensão do sexo feminino no mercado de trabalho, como reação às campanhas feministas pela descriminalização do aborto etc. Lucrecia Rubio Grundell (2013) chama atenção para o fato que na luta pelo direito feminino é possível se detectar

dos representaciones que, aunque contradictorias, contribuyen en igual medida a su desprestigio. Primero, una que desatiende su historia. Y segundo, una que sí contempla su historia, pero sólo para resaltar con perplejidad su marcha titubeante, sus palos de ciego, en definitiva, sus «incoherencias» (GRUNDELL, 2013, p. 122).

Durante os anos da campanha sufragista britânica, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, argumentos contrários à demanda pelo sufrágio feminino surgiram no cerne dos partidos políticos, na imprensa e nas mais diversas instituições. Inicialmente os argumentos foram expressos por homens que pertenciam aos dois partidos políticos britânicos, o Partido Conservador e o Partido Liberal. Eles estavam convencidos de que conceder o direito ao voto feminino frearia o avanço do império britânico, trazendo desordem moral e o colapso da família como principal instituição social. Em 1908, fundaram a *Women's National Anti-Suffrage League*, organização política de mulheres que tinha como objetivo mostrar o porquê de a luta pelo sufrágio feminino representar um obstáculo para a sociedade britânica (VALDEZ, 2020).

Na Espanha, nos últimos anos da ditadura franquista⁵, com a abertura política para a democracia, o embate entre as oposições clericalismo/anticlericalismo e feminismo/antifeminismo permeavam a sociedade. Em um contexto de consolidação de liberdades, com a abertura política, ainda permaneciam os discursos, mentalida-

⁵ Período no qual se estabeleceu, na Espanha, o regime ditatorial de Francisco Franco Bahamonde, a partir do fim da Guerra Civil Espanhola em 1939 até sua morte e sucessão em 1975.

des e práticas herdados da ditadura, e com eles, a aparição de um aberto antifeminismo (SECO, 2011).

No México, a luta pelo sufrágio feminino rendeu diversas discussões na imprensa. Jornais, revistas e demais meios de comunicação de massa traziam figuras das mais variadas vertentes políticas para falar sobre a temática. Em 1935, por exemplo, o periódico *El Nacional*⁶ publicou entrevista com uma advogada que, ao ser questionada sobre a luta das mulheres mexicanas pelo voto, argumentou que as mulheres mexicanas não estavam capacitadas intelectual e politicamente para conquistar o sufrágio (VALDEZ, 2020).

Ao final da década de 1960, nos Estados Unidos, o aumento da força política dos progressistas no cenário político, o surgimento do feminismo da *segunda onda* e a criação da *National Organization for Women*⁷ propiciaram que a emenda constitucional *Equal Rights Amendment* (ERA)⁸, inicialmente apresentada no Congresso dos Estados Unidos em 1923, voltasse a tramitar (SPAREMBERGER C.; SPAREMBERGER A., 2020). Contudo, em 1970, uma reação ao movimento feminista e, mais especificamente à *Equal Rights Amendment*, emergiu no cenário político estadunidense.

A oposição, formada em grande parte por grupos conservadores religiosos, era liderada pela antifeminista Phyllis Schlafly, uma das figuras mais importantes na vida pública estadunidense da época (LIJTMAER, 2020). Schlafly mobilizou um grande número de cidadãos contra as mudanças culturais que ocorriam no país desde os anos 1960. Dos grupos antifeministas que emergiram, destacam-se: o *Concerned Women for America*, fundado em 1979 por Beverly LaHaye, e o *Eagle Fo-*

⁶ El Nacional (originalmente denominado El Nacional Revolucionario) foi um periódico mexicano fundado em 1929 como meio informativo do recém criado Partido Nacional Revolucionario (PNR).

⁷ Entidade feminista estadunidense com o objetivo de lutar pelos direitos femininos e promover a igualdade de gênero. Fundada em 30 de junho de 1966, pela teórica feminista Betty Friedan, pela política Shirley Chisholm, primeira mulher negra eleita no Congresso dos Estados Unidos, pela reverenda e ativista Anna Pauline Murray, e pela executiva de relações públicas e ativista feminista, Muriel Fox.

⁸ A emenda pretendia prover às mulheres uma garantia constitucional contra as discriminações de gênero, visando garantir que os direitos afirmados pela Constituição dos Estados Unidos da América fossem mantidos igualmente para todos os cidadãos, fornecendo uma base jurídica contra a discriminação sexual

rum, fundado em 1972 por Phyllis Schlafly. (SPAREMBERGER C.; SPAREMBERGER A., 2020).

O debate entre feministas e antifeministas se estendeu por toda a sociedade estadunidense ao longo dos anos 1970 e 1980, estando presente na mídia, nas produções cinematográficas de Hollywood e nos mais diversos âmbitos políticos, sociais e culturais. Em *Backlash – O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres* (2001), a jornalista Susan Faludi aponta como a reação antifeminista veio à tona no final da década de 1970, entre grupos da direita evangélica, e já no começo da década de 1980, tinha chegado à Casa Branca:

A porta-voz de Reagan, Faith Whittlesey, no único discurso oficial da Casa Branca sobre a condição da mulher americana, definiu o feminismo como uma verdadeira “camisa-de-força” para as mulheres. Oficiais de justiça e juízes também levantaram o dedo acusador contra o feminismo, afirmando que viam uma conexão entre o aumento de independência feminina e o aumento da patologia feminina. Um delegado californiano explicou à imprensa: “as mulheres atualmente estão gozando de muito mais liberdade e, em consequência disso, estão cometendo mais crimes”. O procurador-geral da Comissão sobre Pornografia nos Estados Unidos chegou mesmo a sugerir que o crescente sucesso profissional das mulheres poderia ser o responsável pelo aumento dos índices de estupro. Em seu relatório, os membros da comissão chegaram à conclusão de que, havendo um maior número de mulheres na escola e no mercado de trabalho, as mulheres simplesmente criaram mais oportunidades de serem estupradas (FALUDI, 2001, p. 12).

É interessante verificar até que ponto ideologias maléficas são propagadas à sociedade, como o fizeram os norte-americanos ao afirmarem que as mulheres, por estarem estudando e crescendo intelectualmente, estavam auxiliando homens a estuprarem, cometerem violência sexual, uma vez que não se mantinham em casa apenas cuidando do lar. Como aceitar tamanha barbaridade defendida pelos americanos, como verificou Faludi (2001)?

No Brasil, nos primeiros anos do século XX, a discussão sobre o acesso feminino à educação superior no país gerou um embate entre feministas e antifeministas. As antifeministas buscavam

convencer que a mulher, ao assumir funções tradicionalmente masculinas, a exemplo das profissões médicas e jurídicas, seria uma figura que traria ou desenvolveria características impróprias e incompatíveis com a função primeira da mulher, a maternidade, uma vez que se tornariam frias, mundanas, imorais, além de irem de encontro ao estabelecido pela natureza (VANIN, 2011, p. 166).

Da mesma forma, Lopes (2014) também relata o papel de destaque da imprensa popular, no decorrer da luta das mulheres pelo direito ao voto no Brasil, ao contribuir expressivamente para uma vulgarização do feminismo. As estratégias antifeministas de retaliação às reivindicações das militantes eram significativamente diversas, sendo as mais recorrentes, a ridicularização e vulgarização do feminismo por meio de charges em tom satírico.

Entre o final dos anos 1960 e os anos 1980, o feminismo não tinha a mesma visibilidade no Brasil e Estados Unidos. Enquanto nos Estados Unidos e nos países europeus havia um cenário propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente os que lutavam por causas identitárias (PINTO, 2010), a América Latina presenciava um momento de grande repressão na luta política legal, o que obrigou muitos grupos e movimentos sociais irem para a clandestinidade.

Mesmo com a distinta visibilidade do feminismo no Brasil em relação aos Estados Unidos e a Europa, ainda assim, há registros de reações ao movimento feminista até mesmo no interior das fileiras progressistas e de esquerda. Como mostra a historiadora Raquel Soihet (2005), os articulistas do *Pasquim*, jornal alternativo amplamente difundido nesta época, não viam contradição entre fazer oposição ao regime civil-militar, beber na contracultura estadunidense e fazer oposição aberta ao feminismo:

Contra essas mulheres, as temidas “feministas”, lançavam seus dardos inúmeros articulistas de O Pasquim. Antigos estereótipos são restaurados, entre outros, a feiúra, a menor inteligência ou, inversamente, o perigo da presença desse atributo, a inconseqüência, a tendência à transgressão, a masculinidade com vista a identificar negativamente aquelas que postulavam papéis considerados privativos dos homens. Não poucas matérias registram tais ‘qualidades’ das feministas, o que aproxima os libertários desse jornal do momento da contracultura dos misóginos de outras épocas. Na verdade, lançar o descrédito sobre aquelas que ousavam ameaçar a ordem tradicional dos gêneros era o objetivo de sempre. (SOIHET, 2005, p. 595).

Em *Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?* (2008), Soihet constata a presença do antifeminismo entre mulheres de diferentes segmentos sociais no final da década de 1960 e os anos 1980. Destaca-se os discursos antifeministas proferidos por mulheres na imprensa brasileira da época, mais especificamente no *Pasquim*. Tanto mulheres articulistas quanto mulheres entrevistadas, opuseram-se fortemente ao feminismo,

dentre elas figuras tais como a poetisa modernista e jornalista Adalgisa Nery, a cineasta Daniela Thomas, a jornalista Cora Rónai e a cantora e compositora Neusinha Brizola.

Com o surgimento das novas tecnologias interativas, passaram a utilizar sites, blogs e redes sociais como ferramenta de disseminação de seus discursos. Figuras antifeministas passaram a ter significativa visibilidade por meio destes espaços, como é o caso de Tomi Lahren, de 24 anos, uma das comentaristas mais seguidas no Facebook nos Estados Unidos com 4,8 milhões de seguidores. Em uma publicação da BBC News (2016), Lahren é definida como republicana, antifeminista e ultraconservadora que em 2016 estava batendo a popularidade no Facebook do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

A partir de 2013, segundo levantamento da ferramenta de pesquisa Google Trends, há um crescente aumento nas buscas pela palavra-chave “feminismo”, sendo identificado nos últimos meses um aumento repentino nas buscas⁹. Da mesma forma, as buscas pela palavra-chave “antifeminismo”¹⁰ que vinha crescendo desde 2013, tem um pico em 2020, aparecendo em primeiro lugar no ranking de termos relacionados e “feminismo – ideologia política” em segundo.

3. O antifeminismo nas redes sociais e no cotidiano

Com a popularização da internet e dos sites de redes sociais no Brasil, e no mundo, movimentos sociais passaram a ver esse ambiente como ferramenta de propagação de seus ideais e de suas agendas políticas. Através das redes, foi possível organizar, viabilizar e cobrir manifestações, assim como denunciar a violência estatal na repressão de manifestantes e jornalistas. Dessa forma, as redes sociais se configuraram como um terreno fértil para o desenvolvimento de estratégias ativistas. De acordo com Silva e Carlos (2017), os discursos que permeiam o cotidiano ganham o terreno da internet, especificamente o dos sites de redes sociais, possibili-

⁹ Mapeamento das buscas por “Feminismo” no site Google de 2004-2021. Disponível em <<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=Feminismo>>. Acesso em 27 abr.2021.

¹⁰ Mapeamento das buscas por “Antifeminismo” no site Google de 2004-2021. Disponível em <<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=%2Fm%2F097cvb>>. Acesso em 27 abr.2021.

tando a interação entre os mais diversos tipos de sujeitos. O feminismo, e as reações a ele, não são exceções.

Em 2012 foi lançada a campanha de fotos de mídia social *Who needs feminism?* (Quem precisa do feminismo?), buscando lançar luz sobre conceitos errôneos sobre o feminismo e explorar a contínua necessidade e relevância do movimento feminista na sociedade de hoje. Em seguida, surgiu a campanha *Women Against Feminism* (Mulheres contra o feminismo), que gerou uma *hashtag* do Twitter, um blog do Tumblr e uma campanha de mídia social no Facebook, YouTube e outras mídias de internet. Já na Argentina, em 2016, foi lançada a *hashtag* #NiUnaMenos (Nem uma a menos), em resposta ao assassinato de uma adolescente de 14 anos após um estupro coletivo e de outras quatro mulheres na mesma época.

Posteriormente, ganharam repercussão as *hashtags* #TimesUp (O Tempo Acabou) e #MeToo (Eu também)¹¹. O #MeToo viralizou após denúncias contra o produtor hollywoodiano, Harvey Weinstein. Nesta ocasião, diversas atrizes reconhecidas internacionalmente adotaram a *hashtag* para revelarem suas experiências. Após a repercussão do #MeToo e das denúncias que derrubaram poderosos de Hollywood como o ator Kevin Spacey, um grupo de atrizes, executivas e outras funcionárias da indústria lançaram o #TimesUp, a fim de combater casos de violência sexual e discriminação de gênero no ambiente de trabalho. Destaca-se também, a *hashtag* #HeForShe, idealizada pela ONU, almejava o engajamento de homens na luta pela igualdade de gênero (PORTAL UOL, 2018).

No Brasil, em 2015, um coletivo feminista iniciou na rede social Twitter a campanha #meuamigosecreto, com o propósito de utilizar o ambiente virtual como meio de divulgação de práticas machistas. Em 2018, em meio ao período eleitoral, as mídias sociais se tornaram importante ferramenta para propaganda política, e palco de opiniões divergentes, principalmente em relação aos temas relacionados às políticas sociais, aos direitos humanos e aos movimentos sociais (SCHMUZIGER,

¹¹ Antes de viralizar como *hashtag* nas redes sociais, o movimento MeToo foi criado em 2007 pela estadunidense Tanara Burke, em apoio as vítimas de abuso sexual, agressão e assédio em comunidades.

2018). Neste cenário, é lançada a *hashtag* #minhafeministasecreta, que buscava deslegitimar as militantes feministas (FERREIRA & JUNIOR, 2019).

Em meio à propagação do feminismo nas redes sociais, proliferaram-se também os discursos que lhe fazem oposição, por meio de blogs, páginas e perfis antifeministas. Estes espaços de disseminação do antifeminismo, segundo Gugel e Eras (2018), reúnem religiosos e conservadores de diversas vertentes em oposição constante ao que consideram uma ofensa aos valores morais religiosos e da família tradicional. Destacando-se a “grande presença de mulheres jovens protagonizando e defendendo a bandeira antifeminista” (FRANÇA, 2018, p. 13).

No Facebook, páginas tais como *Mulheres contra o feminismo*, *Moça, não sou obrigada a ser feminista 5*, *Antifeminismo* e *Exposing Feminism 2.0*, exemplificam a reação antifeminista nas redes sociais. Assim como os grupos do Facebook: *Cristãs e obviamente antifeministas*, com 1,3 mil membros; *Feminismo? Não, obrigada*, com 1,9 mil membros; e *Anti feminismo radical*, com 6,1 mil membros.

A página brasileira *Mulheres contra o feminismo*, criada em 30 de maio de 2012, possui atualmente 47.872 mil curtidas e 47.871 mil seguidores, tendo por descrição “Mulheres e Homens contra o feminismo”. Vinculada ao blog de mesmo nome (<http://mulherescontraofeminismo.wordpress.com/>), tem como imagem de capa uma junção de mulheres que também se empenharam na luta contra o feminismo, tais como a escritora e filósofa Christina Hoff Sommers, a acadêmica Camille Paglia e a autora de diversos livros antifeministas Suzanne Venker.

Outra página a ser destacada é a *Moça, não sou obrigada a ser feminista 5*, o número 5 referente ao número de vezes que a página foi excluída pelo Facebook. A página possui atualmente 17.788 mil curtidas e 18.537 mil seguidores, tendo sido criada em 5 de setembro de 2016. Dentre as publicações destas páginas estão memes usando discursos feministas, recomendações de cursos sobre antifeminismo e textos apontando supostas incongruências nos discursos de mulheres feministas.

De acordo com Raquel Recuero (2017, p.31), as páginas das redes sociais, como o Facebook - que vem sendo utilizado pelos movimentos antifeministas, evidenciam “(1) “audiências invisíveis; (2) colapso dos contextos; e (3) borramento das fronteiras entre o público e o privado”. Nas redes sociais não é possível discernir fa-

cilmente essas audiências, quando se está interagindo, nem se manter os contextos originais, quando são replicados pelos membros dos grupos, expondo, inclusive, suas intimidades e sua participação na rede. Assim, mistura-se o público e o privado e se ignoram princípios básicos de respeito ao próximo.

Outro ponto a ser levantando é a consagração de figuras antifeministas brasileiras na *web*, somando considerável número de seguidores e produzindo constantemente conteúdos sobre as temáticas. No Brasil, três figuras podem ser apontadas: Thaís Azevedo, também editora da página *Moça, não sou obrigada a ser feminista* 5; Sara Giromini, vulgo “Winter”, ativista pró-vida e autointitulada ex-feminista; e Ana Caroline Campagnolo, atual deputada estadual de Santa Catarina. No YouTube, Azevedo soma 59,7 mil inscritos e Campagnolo 278 mil inscritos. “Winter”, após inúmeras controvérsias, teve a maioria de suas redes sociais deletadas.

Através da ferramenta Google Trends, foi possível perceber um pico nas buscas pela palavra-chave “Sara Winter”¹² em 2020, e um significativo aumento por “Ana Campagnolo”¹³ a partir de 2018. Ressalta-se que, para além dos conteúdos produzidos para redes sociais, estas também participam de palestras, ministram cursos e, no caso de “Winter” e Campagnolo, possuem obras publicadas.

Mas, os movimentos antifeministas não invadiram apenas as redes sociais. Entraram na pauta cotidiana da sociedade. No dia 4 de agosto de 2018, por exemplo, foi realizado o 1º Congresso Antifeminista do Brasil, no auditório da Igreja de Sant’Ana, no Centro do Rio de Janeiro (RJ). O evento tinha por objetivo reunir a maior quantidade de pessoas contrárias aos ideais feministas, tendo por foco, o combate à ADPF 442°, proposta pelo PSOL, que visa a descriminalização da interrupção voluntária de gravidez até a 12ª semana de gestação no Brasil (STF, 2017). Já na entrada do auditório, este fato podia ser percebido, como relata matéria publicada na revista *Época*, “os participantes diziam o nome, número de documento e ce-

¹² Buscas pelo termo “sara winter” de 2004-2021. Disponível em <<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=sara%20winter>>. Acesso em 21 abr. 2021.

¹³ Buscas pelo termo “ana campagnolo” de 2004-2021. Disponível em <<https://trends.google.com.br/trends/explore?q=ana%20campagnolo&date=all&geo=BR>>. Acesso em 21 abr. 2021.

lular 'por razões de segurança', para logo depois encontrarem, espalhados sobre uma mesa de toalha vermelha, pequenos fetos humanos de borracha” (CALGANO, 2018).

O 1º Congresso Antifeminista do Brasil foi organizado pela “ex-feminista”, ativista pró-vida e então candidata à deputada federal pelo partido Democratas (DEM), Sara Giromini, vulgo “Winter”. Foi composto por cinco palestras que tiveram início às 14 horas e término às 19 horas, e como grupo de palestrantes: Alexandre Varella, criador do portal *O Catequista*; Ana Caroline Campagnolo, atual deputada estadual de Santa Catarina e com enorme presença nas redes sociais, possuindo só em seu canal no YouTube 277 mil inscritos; Dóris Hipólito, uma das principais lideranças do movimento pró-vida do Rio de Janeiro; Felipe Chaves, criador da página *Fúria e Tradição*, que possui atualmente 110.342 mil seguidores; e Thaís Azevedo, professora de inglês, youtuber e editora da página *Moça, não sou obrigada a ser feminista 5*.

O público, segundo descrição de Calgano (2018), foi composto majoritariamente por homens, apesar de a maioria dos palestrantes serem mulheres, destacando-se uma participação jovem considerável. Também estava presente o grupo Templários da Pátria, com o lema “Deus, Pátria e Família” e a missão de “libertar o Brasil da tirania do comunismo”. O evento foi gratuito e fornecia certificados de horas extracurriculares aos participantes. No decorrer das palestras, os argumentos apresentados pregavam uma suposta incompatibilidade do feminismo com o cristianismo, as ligações do feminismo com o comunismo, o ódio aos homens por parte das militantes feministas e a corrupção dos valores morais por estas.

De acordo com Moreira (2018), Sara “Winter”, em um relato sobre sua trajetória no *Femen*, grupo essencialista ucraniano, apontou supostas desonestidades praticadas por militantes feministas, como ter sido ensinada a fingir ter sido agredida pela polícia durante manifestações. Também se destacou a fala da deputada estadual de Santa Catarina pelo Partido Social Liberal (PSL), Ana Caroline Campagnolo. Campagnolo, no início de sua fala, elogiou os participantes do congresso por serem cheirosos, não podendo dizer o mesmo do público dos eventos sobre feminismo. (CALGANO, 2018).

Já Thaís Azevedo, após iniciar uma transmissão ao vivo no YouTube, afirmou diversas vezes que o feminismo não se trata de igualdade, uma vez que ignora o “sofrimento do homem”, defende o aborto e põe apenas a mulher na discussão. Quanto ao slogan “meu corpo, minhas regras”, Azevedo faz um apelo religioso às feministas: “Não é seu corpo, e se você é cristã, sabe disso. Se não quer engravidar, então se proteja e fecha as pernas!”.

Por diversas vezes, Thaís Azevedo mencionou figuras “iconoclastas” do feminismo apontando suas contradições entre teoria e prática, para corroborar com sua afirmação “o feminismo nunca foi sobre igualdade”. Como exemplo, cita Elizabeth Cady Stanton, intitulando-a como “racista, eugenista, feminista da primeira onda norte-americana, ela odiava negros, mas ela é um dos ícones do feminismo”. Também aponta uma “lavagem cerebral” feminista em meninas, e as incoerências da figura feminista cristã (AZEVEDO, 2018).

Balloussier (2018), ao entrevistar uma das participantes do evento que relata ter sido quase vítima de feminicídio e ser militante pró-vida, questionou qual o significado de feminismo para a entrevistada, que respondeu acreditar em ser algo bom, mas não conhecer muito bem a palavra. Aqui pode ser levantada a seguinte questão a fim de que possa ser respondida futuramente, ou que, de certa forma, desperte o interesse pela temática: Quais seriam as afinidades do público com o congresso?

Ainda sobre os argumentos levantados pelos palestrantes no evento, pode-se observar a utilização de estereótipos que constantemente são associados ao feminismo e as suas militantes. As menções às teóricas feministas de distintas correntes, linhagens políticas e contextos históricos, buscando mostrar domínio sobre o campo feminista. Também a menção aos estudos e dados estatísticos, como mecanismo de comprovação e credibilidade para os seus discursos.

Outro ponto é ligado aos distintos caminhos que estas mulheres antifeministas tomam para elaborar seus argumentos. É o caso de Thaís Azevedo e de Ana Caroline Campagnolo que voltam-se para as teóricas feministas, apontando “incongruências” em suas concepções e em suas vidas pessoais. Sara “Winter” adota o relato pessoal de suas experiências enquanto ex-militante feminista. Vale enfatizar a relação destas com as redes sociais, somando um número considerável de seguido-

res, e produzindo constantemente conteúdos relacionados ao feminismo e seus ideais. Os discursos proferidos no congresso já se faziam presentes em grupos e páginas antifeministas na *web*, e nos perfis de seus palestrantes.

Considerações sobre a pesquisa

Buscar entender o feminismo e o antifeminismo são desafios nas pesquisas científicas atuais, sejam nas redes sociais digitais ou no cotidiano da sociedade. Pois, enquanto no final do século XIX mulheres se organizavam para serem vistas e tratadas como cidadãs, com direitos e deveres, escolhendo seus representantes políticos e lutando por dignidade no trabalho e no seu dia-a-dia, grupos formados por homens e, em seguida, por outras mulheres, passaram a distorcer a luta.

Tanto os grupos que defendem o feminismo quanto os que são contra, criaram filosofias distorcidas sobre o que seria bom para a mulher. E essa contradição, que sofreu principalmente a interferência de muitos homens que ainda não aceitam que mulheres possam estudar, trabalhar e manter economicamente sua família de forma digna, passaram a vender a ideia que toda mulher precisa cuidar apenas do lar, mesmo que sejam abandonadas e largadas à própria sorte.

Existem problemas nos ideais difundidos pelos homens à sociedade: Como deixar a mulher cuidando apenas do lar em uma época em que a sociedade sofre com crises econômicas, políticas, sociais, culturais e principalmente morais, quando se analisa um grande número morrendo por epidemias por falta de investimento em saúde, educação, alimento, esgoto e bem-estar da sociedade, resultado de corrupções em administrações públicas e privadas?

As mulheres precisam estudar, trabalhar e manter seus filhos dignamente. Não podem ser vistas como objetos e nem submetidas a qualquer trabalho, como os pesados que interferem em seu bem-estar físico. São as mulheres que podem gerar e trazer outros seres humanos à sociedade e precisam de cuidados físicos para que a geração humana tenha continuidade.

No que tange ao uso das tecnologias, em pelo século XXI ainda observam-se as redes digitais sendo utilizadas para difundir ideologias, sejam elas boas ou más. Cabe a cada ser humano entender que a sociedade foi jogada ao caos e precisa se

recuperar, em prol de uma vida digna e que seja boa para todos, principalmente para as mulheres, que ainda são vistas sob desvantagem em todos os aspectos.

Cabe a todo(a)s o(a)s pesquisadores/as das áreas Humanas e Sociais pesquisar mais sobre todo(a)s o(a)s cidadã/os e sua importância na construção de uma sociedade mais justa e igualitária sob os ângulos político, econômico, social, cultural e tecnológico. Além de levar conhecimento científico a todo(a)s para que a população entenda quais são seus direitos e deveres, conseguindo viver de forma digna.

Referências

AGUIAR, Bruna Soares de; PEREIRA, Matheus Ribeiro. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo de Bolsonaro. **Agenda Política**, São Carlos: v. 7, n. 3, p. 8 – 35, 2019. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/271>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ALBUQUERQUE, Ana Luiza; BARBON, Júlia; LINHARES, Carolina. Bancada feminista cresce e promete oposição a conservadores. **Folha de S.Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bancada-feminista-cresce-e-promete-oposicao-a-conservadores.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2018.

AZEVEDO, Thaís. 1º Congresso Antifeminista do Brasil. **YouTube**, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fk4TYDMvfl4>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Congresso Antifeminista une cristãs, 'amiga pessoal' de Bolsonaro e 'homem mais machista'. **Folha de S.Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/congresso-antifeminista-une-cristas-amiga-pessoal-de-bolsonaro-homem-mais-machista.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2019.

BONET-MARTÍ, Jordi. Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión bibliográfica de las principales perspectivas teóricas y de los debates actuales. **Teknokultura**, Barcelona: v. 18, n. 1, p. 61-71, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/TEKN/article/view/71303>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

CABRAL, Eula D.T. Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados. **EPCC**. Rio de Janeiro: FCRB, 2020. Disponível em <<https://pesquisaicfrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>>. Acesso em 27 abr.2021.

CABRAL, Eula D.T. (org). Comunicação, Cultura e Informação em perspectiva. Divinópolis (MG): Meus Ritmos Editora, 2020. **EPCC**. Disponível em <<https://pesquisaicfrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>>. Acesso em 27 abr.2021.

CABRAL, Eula D.T. (org). Panorama reflexivo da Cultura e da Comunicação. Divinópolis (MG): Meus Ritmos Editora, 2020. **EPCC**. Disponível em <<https://pesquisaicfrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>>. Acesso em 27 abr.2021.

CALGANO, Victor. 'Feche as pernas': o que pregam os participantes do 1º Congresso Antifeminista do Brasil. **Época**, 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/feche-as-pernas-que-pregam-os-participantes-do-1-congresso-antifeminista-do-brasil-22964525>>. Acesso em: 20 set. 2019.

FALUDI, Susan. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. p. 458.

FERREIRA, Ângela Paula Nunes; JUNIOR SILVA, Joseeldo da. Relações de gênero e embates ideológicos no espaço heterotópico da web. **Revista Letras Raras**. Campina Grande: v. 8, n. 2, p. 41-57, 2019. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/1332/903>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FRANÇA, Matheus Costa. Vozes Antifeministas nas redes sociais – uma análise de conteúdo. 2018. 34 f. **Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica** – Programa de Iniciação Científica, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pic/article/view/5821>>. Acesso em: 02 out. 2020.

GRUNDELL, Lucrecia Rubio. Instinto depravado, impulso cego, sueño loco: El antifeminismo contemporáneo en perspectiva histórica. **Encrucijadas**, Salamanca: v. 5, n. 1, p. 121-137, 2013. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/encrucijadas/issue/view/3802>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

GUGEL, Bruna Cristina P.; ERAS, Lígia Wilhelms. Das Sufragistas à Internet: o discurso antifeminista sob a perspectiva da violência simbólica em Pierre Bordieu. Santa Catarina, 2018. 20 f. **Monografia** (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Concepções Multidisciplinares de Leitura) - Instituto Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1593/Bruna_Cristina_Pompermayer_Gugel_TCCPLS_2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 fev. 2021.

IBGE. PNAD - Tecnologia da Informação e da Comunicação 2019. **IBGE**, 2021. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf>. Acesso em 25 abr.2021.

LIJMAER, Lucía. A furiosa antifeminista que freou os direitos da mulher enquanto os aproveitava. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/smoda/2020-04-23/a-furiosa-antifeminista-que-freou-os-direitos-da-mulher-enquanto-os-aproveitava.html>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LOPES, Mirella Tuanny Ferreira. É PRECISO VOTAR! A luta das mulheres pelo direito ao voto em Recife (1920 – 1934). In: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, 18, Recife. **Anais**. Recife: UFPB, 2014. p. 2163 – 2178. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1943/769>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

MELÉNDEZ, Pedro Espinoza. Antifeminismo e feminismo católico no México. A União das Mulheres Católicas Mexicanas e a revista *Acción Feminina*, 1933-1958. *Rev. Interdiscip. Estud. Género*, Ciudad de México: v. 6, n. 9, p. 1-34, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2395-91852020000100202>. Acesso em: 08 jan. 2021.

MÍDIA DADOS 2020. **Mídia Dados**. Disponível em <<https://www.gm.org.br/midia-dados-2020>>. Acesso em 3 abr.2020.

MOREIRA, João Almeida. Sara, a ex-feminista radical que agora organiza um congresso anti-feminista. **Diário de Notícias**, 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/sara-a-ex-feminista-radical-que-agora-organiza-um-congresso-anti-feminista-9838029.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Política**, Curitiba: v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

PORTAL UOL. #MeToo e Time's Up: entenda as iniciativas de Hollywood contra o assédio. **Portal UOL**, 2018. Disponível em: <<https://cinema.uol.com.br/noticias/redacao/2018/01/19/metoo-e-times-up-entenda-as-iniciativas-da-hollywood-contra-o-assedio.htm>>. Acesso em: 19 out. 2020.

RECUERO, Raquel. Introdução à análise de redes sociais online. Salvador (BA): Edufba, 2017. **Edufba**. Disponível em <<http://www.edufba.ufba.br/2017/12/introducao-a-analise-de-redes-sociais-online/>>. Acesso em 27 abr.2021.

SCHMUZIGER, Rafael. Por que devemos nos preocupar com a influência das redes sociais nas eleições 2018? **El País**, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/21/opinion/1537557693_143615.html>. Acesso em: 24 set. 2018.

SECO, Mónica Moreno. Feminismo, antifeminismo, catolicismo y anticlericalismo en la transición política a la democracia. In: AGUADO, Ana M.; LÓPEZ, Tereza María Ortega (orgs.). **Feminismos y anti-feminismos: culturas políticas e identidades de género en la España del siglo XX**. Valencia: Publicacions de la Universitat de València-Universidad de Granada, 2011, p. 307-332. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/43566886.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

SILVA, Francisco Vieira da; CARLOS, Livia Alves Monteiro. A irrupção de discursos antifeministas no Facebook: uma análise da página Mulheres contra o feminismo. **Revista Discursividades**, Campina Grande: v. 1, n. 1, p. 68-90, 2017. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/REDISC/article/view/4973>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SOIHET, Rachel. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara: v. 13, n. 24, p. 191-207, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/875>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: vol.13, n.3, p. 591-612, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2005000300008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SPAREMBERGER, C.; SPAREMBERGER, A. O Equal Rights Amendment na segunda onda feminista dos Estados Unidos. **Diálogos**. Maringá: v. 24, n. 1, p. 601-620, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/45607/751375149645>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. "Partido apresenta novo pedido de afastamento de artigos do Código Penal que criminalizam aborto". **Notícias STF**, 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=362690&amp;caixaBusca=N>>. Acesso em: 09 nov.2020.

VALDEZ, Karen S. Guerrero. El sufragio no efectivo, la participación política de las mujeres antisufrajistas: un estudio comparado entre México y Gran Bretaña, 1910-1930. 2020. 115 f. **Dissertação** (Mestrado em História Internacional) – Departamento de Historia, Centro de Investigación y Docencia Económicas, A.C., Ciudad de México, 2020. Disponível em: <<http://mobile.repositorio-digital.cide.edu/handle/11651/4336>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

VANIN, Iole Macedo. Feminismo Verso "Antifeminismo". In: BONNETI, Alinne; LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de (org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 165-188. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6921>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

WENDLING, Mike. A jovem republicana antifeminista e ultraconservadora que está batendo Trump em popularidade no Facebook. **BBC News**, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38167770>>. Acesso em: 04 fev. 2021.